

“A gripe asiática vem aí!”: crônica de uma pandemia antes de sua chegada (Brasil, 1957)

“¡Se acerca la gripe asiática!”: crónica de una
pandemia antes de su llegada (Brasil, 1957)

“Asian Flu is Coming!”: Chronicle of a Pandemic
before its Arrival (Brazil, 1957)

Gilberto Hochman, PhD¹

Recebido: 29 de dezembro de 2020 • **Aceptado:** 25 de abril de 2021

Doi: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/revsalud/a.10599>

Para citar este artigo: Hochman G. “A gripe asiática vem aí!”: crônica de uma pandemia antes de sua chegada (Brasil, 1957). Rev Cienc Salud. 2021;19(Especial):1-20. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/revsalud/a.10599>

Resumo

Introdução: este artigo aborda a chegada da pandemia de gripe asiática no Brasil a partir das notícias veiculadas entre junho e setembro de 1957 na imprensa da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. As fontes utilizadas são três dos mais importantes jornais diários e duas revistas semanais disponíveis on-line. **Desenvolvimento:** o artigo acompanha três meses de informações, reportagens e opiniões sobre o surgimento e crescimento da pandemia na Ásia, nos Estados Unidos, na Europa e na América do Sul, sobre a ameaça de seu ingresso no país e sobre as ações do governo federal e, finalmente, os primeiros casos registrados no Rio de Janeiro no início de setembro. O autor analisa a pandemia no Brasil pelas lentes do jornalismo, abordando as percepções e incertezas sobre a doença e os preparativos dos governos assim como das instituições científicas e médicas. O artigo versa sobre as avaliações e críticas às ações governamentais, as repercussões dos primeiros casos, suspeitos e confirmados, na América do Sul e as dúvidas sobre a capacidade do Ministério da Saúde em responder à epidemia. **Conclusões:** o artigo mostra o papel central da imprensa e dos meios de comunicação na conformação da epidemia como evento social e político antes dela se realizar como evento biomédico.

Palavras-chave: pandemias; gripe asiática; influenza; saúde pública; medicina; imprensa; jornalismo; vacina.

Resumen

Introducción: este artículo analiza la llegada de la pandemia de influenza asiática a Brasil a partir de la noticia publicada entre junio y septiembre de 1957 en la prensa de la ciudad de Río de Janeiro, entonces capital federal. Las fuentes utilizadas son tres de los diarios más importantes y dos revistas semanales disponibles en línea. **Desarrollo:** el artículo acompaña tres meses de información, informes y opiniones

¹ Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, Brasil. Correspondência: gilberto.hochman@fiocruz.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7834-336X> C

sobre el surgimiento y crecimiento de la pandemia en Asia, Estados Unidos, Europa y Suramérica; la amenaza de su ingreso al país y las acciones del gobierno federal, y los primeros casos registrados en Río de Janeiro a principios de septiembre. Analiza la pandemia en Brasil a través de la lente del periodismo, abordando las percepciones e incertidumbres sobre la enfermedad y los preparativos de los gobiernos, así como de las instituciones científicas y médicas. El artículo aborda las evaluaciones y críticas a la actuación del Gobierno, las repercusiones de los primeros casos sospechosos y confirmados en América del Sur y las dudas sobre la capacidad del Ministerio de Salud para responder a la epidemia. *Conclusiones:* el artículo destaca el papel central de la prensa y los medios de comunicación en la configuración de la epidemia como un evento social y político antes de que ocurriera como un evento biomédico.

Palabras clave: pandemias; gripe asiática; influenza; salud pública; medicina; prensa; periodismo; vacuna.

Abstract

Introduction: The article discusses the arrival of the Asian influenza pandemic in Brazil from the news published between June and September 1957 in the press of Rio de Janeiro, then the federal capital. The sources used were three of the most important daily newspapers and two weekly magazines available online. *Development:* The article comprises 3 months of information, reports, and opinions on the emergence and growth of the pandemic in Asia, the United States, Europe, and South America; the threat of its entry into the country, the actions of the federal government and, finally, the first cases recorded in Rio de Janeiro at the beginning of September. It is not we but The author (as I note in the word version) analyzed the pandemic in Brazil from the perspective of journalism, addressing perceptions and uncertainties about the disease, and the preparations of governments and scientific and medical institutions. The article includes the evaluations and criticisms of government actions, repercussions of the first suspected and confirmed cases in South America, and doubts regarding the Ministry of Health's capacity to respond to the epidemic. *Conclusions:* The article highlights the central role of the press and media in shaping an epidemic as a social and political event before it took place as a biomedical event.

Keywords: Pandemics; Asian flu; influenza; public health; medicine; press; journalism; vaccine.

Introdução

A gripe asiática de 1957/1958 foi um evento global ignorado pela historiografia brasileira e ainda pouco abordado pela literatura internacional sobre história das epidemias. Trabalhos científicos foram publicados quando a pandemia declinava no Brasil mas escassearam ao longo do tempo (1,2). Nas décadas seguintes, as abordagens ficaram restritas aos campos da virologia, imunologia, vacinologia e epidemiologia que tratavam de eventos epidêmicos causados por subtipos do vírus Influenza A nos séculos XX e XXI. As análises históricas sobre a pandemia de 1957 buscam inseri-la num processo mais amplo no qual a gripe asiática seria mais um evento, com menor impacto, em um conjunto de epidemias e pandemias (3-6).

As epidemias têm sido objeto de crescente interesse dos historiadores brasileiros a partir dos anos 2000. O foco tem recaído sobre a pandemia de Influenza de 1918, em suas manifestações nacionais e locais em diversas dimensões, como ciência, cultura, sociedade e

política (7-13). A gripe espanhola de 1918, mais letal do que as pandemias de Influenza posteriores, é o evento mais acionado para a compreensão da pandemia causada pelo novo coronavírus que eclodiu em 2020 (14).

A gripe asiática foi causada pelo subtipo do vírus influenza-A então denominado de A/Cingapura/1/57 (hoje H2N2), identificado em maio de 1957 em Singapura. Levou a óbito cerca de 1 a 3 milhões de pessoas no mundo, com ondas epidêmicas em 1959/60 (15). Ao final da década de 1960 o vírus deixara de circular (16). Não há registro de um número preciso de casos e óbitos no Brasil, mas alguns estudos apontam que teriam ocorrido centenas de milhares de casos, isto é, alta morbidade, entretanto com reduzida letalidade. Estudos recentes indicam que houve expressivo “excesso de mortalidade” na América Latina por doenças respiratórias em 1957/1958 se comparado com anos anteriores, o que indica impacto da pandemia na região (15,16). Caracterizou-se por ser altamente transmissível, mas com menor gravidade se comparada aos números disponíveis para a pandemia de 1918. Atingiu, majoritariamente, a população infantojuvenil em idade escolar e jovens adultos e as respostas da saúde pública, em 1957, se beneficiaram dos conhecimentos acumulados no campo da virologia e da imunologia inexistentes em 1918 (15,17,19). Para Kilbourne, essa pandemia foi a primeira do que denominou de “era da virologia” (16). Enquanto evento social, a gripe asiática teve uma característica singular: sua ocorrência ativou a memória dos que haviam testemunhado e sobrevivido à dramática experiência de 1918 e, quatro décadas depois, presenciavam o anúncio de uma nova pandemia de gripe.

A gripe asiática eclodiu em um cenário internacional marcado pelo otimismo sanitário que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Foi um período marcado pela crença na “conquista das doenças infecciosas” por meio de novos conhecimentos científicos e do desenvolvimento de novas drogas, inseticidas e imunizantes, como os antimaláricos, o DDT e a vacina Salk contra a poliomielite, um marco coetâneo de sucesso da ciência médica e da vacinologia. No Brasil, a pandemia ocorreu num contexto marcado pelas disputas políticas e ideológicas da Guerra Fria, pela promoção do desenvolvimento econômico e pelo combate ao comunismo. A relação entre saúde e desenvolvimento teve grande visibilidade na agenda política do governo Kubitschek (1956-1961). Formado em medicina, Juscelino Kubitschek (1902-1976) divulgara, ainda como candidato à presidência, um detalhado programa de saúde que enfatizava o controle das “doenças de massa”, isto é, as endemias rurais, a lepra e a tuberculose, se colocava o desafio das doenças crônicas e degenerativas e afirmava que as epidemias, que haviam marcado as grandes cidades brasileiras no início do século xx, agora eram “história” (20,21). No ano de 1957, já estavam em andamento as obras de construção da nova capital do país, que deixava a cidade litorânea do Rio de Janeiro e instalava-se no interior do país, em região conhecida como Brasil Central. Planejada como cidade moderna, higiênica, livre de doenças, a cidade de Brasília era apresentada como símbolo de um projeto de integração nacional e de desenvolvimento capitalista via industrialização (22). A ameaça da chegada

da “Asiática” ou “Singapura”, como também era denominada, tensionava o sonho de um “Brasil moderno”, abalava as certezas sobre o controle das “doenças pestilenciais”, de natureza epidêmica, e, conseqüentemente, a credibilidade política do governo. Além disso, assumia uma moldura particular ao reavivar o fantasma daquela que não tinha sido esquecida: a “Espanhola”, epidemia que paralisara as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo entre setembro e novembro de 1918.

Este artigo aborda a chegada da pandemia de gripe asiática no Brasil a partir das notícias veiculadas entre junho e setembro de 1957 na imprensa da cidade do Rio de Janeiro. Foram três meses de informações e opiniões sobre o surgimento e crescimento da epidemia na Ásia, nos Estados Unidos, na Europa e na América do Sul, as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a ameaça de seu ingresso no país e, finalmente, os primeiros casos registrados no Rio de Janeiro no início do mês de setembro. O objetivo do artigo é analisar a chegada da pandemia no Brasil pelas lentes do jornalismo carioca, abordando as percepções e incertezas sobre a doença e os preparativos dos governos assim como das instituições científicas e médicas. Pelas páginas dos jornais, o artigo aborda ainda as avaliações e críticas às ações governamentais, as repercussões dos primeiros casos, suspeitos e confirmados, na América do Sul e no país e as dúvidas sobre a capacidade do Ministério da Saúde em responder à epidemia. A narrativa sobre a ameaça epidêmica também nos permite desvelar a percepção sobre os problemas estruturais da sociedade brasileira, como a pobreza, a desnutrição e os precários serviços de saúde.

Dado o crescimento exponencial dos meios de transporte terrestres, marítimos e aéreos, e considerando o tamanho do território brasileiro, a entrada da doença, negada inicialmente por muitos, foi sendo considerada inevitável. Trata de um tempo que, se cronologicamente é exíguo (95 dias), é todavia denso em termos de análise histórica: um tempo emoldurado (e acelerado) pelo temor de uma pandemia que poderia ter os efeitos trágicos de 1918. As notícias e análises veiculadas pelos jornais diários decisivas para conferir esse ritmo e essa dramaticidade à sua aproximação. Estampadas com destaque nas primeiras páginas expostas nas bancas de jornais, eram reportagens que atingiam não apenas os milhares de assinantes mas também a população que circulava pelas ruas do Rio de Janeiro. Desse modo, a epidemia é aqui analisada como uma experiência social, política e biomédica que ganhou concretude muito antes de se manifestar nos corpos dos brasileiros.

Segundo o historiador Charles E. Rosenberg, as doenças são fenômenos a um só tempo biológicos, sociais e culturais, que assumem contornos e materialidade enquanto entidades específicas ao serem nomeadas e “enquadradas” (*framed*) a partir de esquemas interpretativos e classificatórios socialmente partilhados em contextos históricos particulares (23). Ao mesmo tempo, segundo Rosenberg, as doenças também atuam como “molduras” a “enquadrar” e conferir sentidos particulares à vida social. É nessa dupla direção dos processos de “enquadramento” que podemos pensar o caso aqui analisado. Uma doença causada por um

subtipo específico de vírus, identificado pelos laboratórios, diferenciada da gripe sazonal e nomeada como gripe asiática em sua forma pandêmica assumiu contornos e enquadramentos específicos a partir de processos sociais e políticos e múltiplos atores no contexto brasileiro. A imprensa foi um desses atores e foi decisiva no processo pelo qual a doença se tornou uma moldura a conformar o debate público e a vida social do país antes mesmo de sua chegada e do registro do primeiro caso no Brasil.

Neste artigo serão utilizados como fontes alguns dos principais periódicos do Rio de Janeiro, com diferentes linhas editoriais, na década de 1950: o *Correio da Manhã*, que circulava desde 1901, mais informativo e sóbrio, não alinhado ao governo; a *Tribuna da Imprensa*, antigetulista, anticomunista e crítico do governo JK, criado em 1949, e a *Última Hora*, um jornal criado em 1951 que se constituiu como porta-voz do getulismo, nacionalista e crítico do governo federal (24). Foram também consultadas revistas semanais de grande circulação nacional, como *O Cruzeiro*, que circulava desde 1928, e *Manchete*, fundada em 1952 e alinhada ao governo Kubitschek. Cabe ressaltar que nesse período ocorreu uma inédita simbiose entre imprensa e política no Brasil (25). A década de 1950 também significou a modernização da imprensa brasileira, seja do ponto de vista tecnológico (impressão e cores), empresarial (publicidade e propaganda) e de técnicas comunicativas (programação visual e fotojornalismo). Essas mudanças tiveram impacto sobre os conteúdos jornalísticos, sobre a comunicação com o público leitor e sobre a política brasileira (24-26).²

Em seu livro sobre as respostas às pandemias de Influenza desde o final do século XIX, George Dehner chama a atenção para o papel dos periódicos na percepção da gravidade da pandemia de 1957 (5). Relata que as agências de saúde e vigilância epidemiológica do governo dos Estados Unidos foram alertadas para a ocorrência de epidemia de Influenza em Hong Kong justamente por um jornal, o *New York Times*, em 16 abril de 1957 (5). A dinâmica inicial da pandemia no Brasil pode ser apreendida pelos jornais que estavam próximos do poder central, vocalizavam diferentes grupos políticos e informavam e influenciavam cotidianamente a política nacional com posições por vezes divergentes. Os jornais diários e seus jornalistas, fotógrafos e colunistas eram atores sociais e políticos que politizavam a epidemia por meio da avaliação e de críticas da atuação dos governos locais e federal. Seguindo a concepção de Rosenberg (23), podemos afirmar que a imprensa participou do enquadramento não apenas do debate político e sanitário, mas da própria pandemia. Com perspectivas diferentes, os jornais selecionaram e amplificaram determinados aspectos da gripe, expressaram apoio ou críticas aos governos e autoridades públicas, intermediaram

2 A pesquisa foi realizada a partir de palavras-chave tais como Gripe Asiática, Gripe Espanhola, Influenza, epidemia, Singapura, vacina, surto, saúde e Kubitschek nos jornais e revistas do Rio de Janeiro nos anos de 1957-1958. Disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, a base da Biblioteca Nacional Digital (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>), e no fundo digital da Última Hora no Arquivo Público do Estado de São Paulo (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/>).

demandas e, fundamentalmente, narraram para seus leitores a sua aproximação, instalação e eclosão no país. Meses antes da confirmação do primeiro caso no Brasil, a imprensa já havia materializado a gripe asiática para seus leitores e, por meio deles, para a sociedade brasileira.

A análise dessa narrativa da epidemia “antes da epidemia” pelos jornais está dividida em três partes. A primeira será dedicada ao noticiário sobre os caminhos da pandemia no exterior, os primeiros pronunciamentos do governo federal sobre a possível chegada da gripe no país e as críticas à reação considerada apática das autoridades sanitárias brasileiras. Em seguida, serão abordados o acompanhamento pelos jornais das informações alarmantes dos primeiros casos suspeitos na América do Sul e no Brasil, as críticas ao Ministro da Saúde e a pressão sobre o governo federal para se preparar e responder à epidemia que se aproximava rapidamente. Um tema constante na imprensa é a caracterização da nova gripe como benigna e a comparação com a gripe espanhola. Por último, serão examinadas as reações iniciais aos primeiros casos na cidade do Rio de Janeiro na primeira semana de setembro e tecidas considerações sobre a emergência sanitária de 1957 à luz da história e das pandemias de gripe precedentes, assim como, da pandemia de COVID-19.

Desenvolvimento

“Não nos atingirá a gripe asiática”: a pandemia vista de longe

No Brasil, as primeiras notícias sobre epidemias de gripe em 1957 datam de maio. São derivadas das agências de notícias internacionais cujos *press releases*, matérias e telegramas abastecem a imprensa mundial e são traduzidos e republicados pelos jornais brasileiros. No início de junho, tanto o Diretor de Higiene da cidade do Rio de Janeiro como dirigentes do Departamento Nacional de Saúde tranquilizaram a população e descartaram a chegada da gripe asiática no Brasil. “Não nos atingirá”, diziam. Afirmavam que as medidas de controle contra a influenza eram parte da rotina das autoridades sanitárias e essa epidemia longínqua se assemelhava mais à gripe sazonal (27).

O espaço da epidemia aumenta nos jornais a partir da identificação do subtipo de vírus Influenza A em maio de 1957 e dos alertas da OMS sobre o caráter potencialmente pandêmico da doença, que, naquele momento, estava circunscrita ao continente asiático. Isso se deu, principalmente, a partir de informações sobre ações de agências estadunidenses, tais como os serviços médicos militares, o então denominado Communicable Disease Center e o Serviço de Saúde Pública, na prevenção e controle da pandemia. Os primeiros casos e surtos em navios que aportaram na costa leste americana nas primeiras semanas de junho, e se espalharam pelo país (5), ganharam destaque nos jornais brasileiros (“500 marinheiros americanos

atacados pela gripe asiática”, (28)). Até aquele momento, a epidemia era parte das páginas do noticiário internacional. A gripe era algo ainda distante, era “asiática” e, portanto, estrangeira.

No final do mês de junho, a doença estava, segundo os jornais, “solidamente instalada nos Estados Unidos” (29). E trazia muitas incertezas sobre o seu curso, sobre as possibilidades de tratamento com antibióticos e de prevenção, com vacinas ainda em estágio experimental (29). Com sua chegada na região das Américas via Estados Unidos, surgiram sinais de preocupação que foram vocalizados pela imprensa carioca. Eles provinham de dirigentes da saúde pública e de políticos. Henrique Maia Penido, superintendente do Serviço Especial de Saúde Pública, uma agência autônoma do Ministério da Saúde (MS), advertia que a “influenza asiática” poderia “bater à porta” dos brasileiros. Para Penido, a fiscalização de portos e aeroportos era frágil e por isso deveria ser feito o isolamento dos casos suspeitos, uma diretriz rejeitada *a priori* por governos e organismos internacionais. Ele chamou atenção para um tema emergente no Brasil pós-Segunda Guerra: a endêmica carência alimentar da população, que dificultaria o processo de imunização via vacinas, considerado por Penido o meio de prevenção mais eficaz (30,31).

A pressão política para que o Ministro da Saúde se pronunciasse sobre a nova gripe aumentou. Deputados estaduais e federais cobravam do governo explicações formais sobre ações sanitárias defensivas (32). E jornalistas pediam “uma palavra de tranquilidade” do Ministro, pois se a capital vencera a febre amarela no início do século XX certamente poderia “ver-se livre desta indigesta gripe “amarela” (33). O comentário reafirmava a concepção de uma doença estrangeira e expressava preconceitos contra pessoas de origem asiática acrescidos de um crescente anticomunismo característico da Guerra Fria, em particular pós-Revolução Chinesa. Circulavam rumores de que a pandemia teria começado em território da República Popular da China que, segundo a revista Manchete, escapava “ao controle dos organismos das Nações Unidas” (34).

Em fins de junho, os jornais publicaram um comunicado da OMS, via Repartição Sanitária Pan-Americana, que desaconselhava a imposição de quarentenas, dado o ciclo curto da enfermidade, seu caráter aparentemente mais benigno e a sua ineficácia dada a velocidade e o número crescente de pessoas se deslocando por aviões. A OMS preconizava o estabelecimento de notificação compulsória de casos suspeitos e indicava que as vacinas para gripe então produzidas no Brasil não seriam eficazes para esse subtipo do vírus (35). O tema onipresente nos noticiários nacionais e nas agências de notícias era a improvável repetição de 1918. De modo implícito, essa comparação se dava quando se insistia na sua “benignidade”, sua semelhança com a gripe sazonal e sua baixa letalidade. E também se fazia explícito: “[...] julga-se que a epidemia atual não chegará a ter as proporções da de 1918-1919” (36). Para alguns especialistas mais otimistas, como Afrânio do Amaral, ex-diretor do Instituto Butantan, “a gripe asiática tem pouca chance no Brasil” (37).

O acaso fez com que a “influenza asiática” encontrasse na cadeira de Ministro da Saúde o prestigiado médico, professor, literato e político Maurício Campos de Medeiros (1885-1966). Medeiros participou da Missão Médica Brasileira que, com 98 médicos sob comando militar, foi enviada à França em agosto de 1918 durante a Primeira Guerra Mundial (38). No caminho para Paris, depois de parada em Dakar, membros da missão apresentaram sintomas do que seria a gripe espanhola e tiveram que ser hospitalizados em cidades do litoral africano. Ao chegarem em Paris, em fins de setembro, os médicos brasileiros que haviam sido enviados para apoiar o esforço de guerra francês viram-se diante da urgência de cuidar de enfermos de gripe espanhola, fossem eles militares ou civis (38). Testemunha ocular da pandemia de 1918 no navio brasileiro e em hospitais parisienses, Maurício de Medeiros seria o responsável pela resposta brasileira a uma nova pandemia de gripe em 1957. Essa experiência de Medeiros com a “Espanhola” na Europa seria lembrada recorrentemente pela imprensa em suas críticas à atuação do ministro no combate a essa nova pandemia.

Com o aumento de casos e surtos em território americano, a gripe asiática adentrou nas páginas do noticiário nacional no mês de julho por meio de manifestações de preocupação das autoridades sanitárias e de políticos. Na primeira quinzena de julho, os títulos das matérias, em letras maiúsculas, eram “Preparativos para receber a ‘asiática’” (39), “Defesa contra a Gripe Asiática!” (40), “Providências sobre a prevenção da gripe” (41) e “A Gripe Asiática chegará ao Brasil após o inverno”. Esta última retirada de um pronunciamento de Marcolino Candau (1911-1983), médico brasileiro que foi diretor-geral da OMS entre 1953 e 1973 (42). Dado o consenso que se estabelecia entre médicos e cientistas sobre a inevitabilidade de sua entrada no país, os jornais repercutiram no mês de julho as opiniões de dirigentes dos serviços de saúde sobre o seu caráter benigno, sobre a possibilidade da produção de uma vacina no Brasil e sobre como lidar com internações caso ocorresse um elevado número de casos. Críticas mais duras à inação das autoridades públicas cresciam no noticiário, em particular a partir de pronunciamentos de deputados federais e senadores.

O primeiro movimento do governo, registrado positivamente na imprensa, foi uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Saúde para estudar medidas de defesa sanitária para a inexorável chegada da epidemia (40) além de um comunicado público do MS sobre a gripe asiática, chamando a atenção para sua benignidade, ainda que com alta capacidade de transmissão (43,44). Baseado nessas informações, a revista semanal *O Cruzeiro* publicou matérias como “Gripe asiática: o que você precisa saber”, divulgando os conhecimentos existentes sobre a doença e modos de prevenção e cuidado. Muitos, inclusive cientistas do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) ouvidos pela revista, acreditavam que a gripe asiática seria “talvez menos maléfica que o resfriado comum” e criticavam o alarmismo de tabloides que a comparavam, segundo eles erroneamente, com a temida “Espanhola” (45). Apesar das notícias vindas de outros países e comunicados da OMS, muitos consideravam exagerada a preocupação com a “Asiática”: “não há razão para alarde”, afirmava um dirigente de importante hospital público

no Rio de Janeiro (46). O que poderia gerar o agravamento da epidemia, segundo médicos consultados pela *Tribuna da Imprensa*, seriam a desorganização dos serviços de saúde e as complicações respiratórias e infecções derivadas das precárias condições sanitárias e sociais da população (47). Para os jornais, havia sinais de divergências no campo médico e científico sobre o curso da doença, sobre a caracterização da epidemia e sobre as ações consideradas necessárias tendo em vista a precariedade do sistema de saúde da capital e as condições de vida de sua população.

Os jornais noticiaram também ações do Ministro da Saúde como, por exemplo, uma reunião com técnicos estadunidenses da OMS que visitavam Argentina, Chile e Brasil para coletar e trocar informações sobre a doença e o estágio dos preparativos pelos respectivos governos (41). A colaboração na produção de uma vacina, a partir dos subtipos do vírus isolados a serem enviados aos laboratórios de virologia no Brasil, foi um dos temas dessa reunião (41). Dias antes, a imprensa anunciara que o IOC produziria 20 mil doses de vacinas até agosto para as Forças Armadas, profissionais de saúde e hospitais (48,45). No final de julho, anunciava-se que os Institutos Adolfo Luz e Butantan, pertencentes ao governo do Estado de São Paulo, poderiam fabricar também outras 20 mil doses da vacina, ainda que em caráter experimental (49). Especialistas consultados pela imprensa ao longo do mês alertavam que não haveria possibilidade de produção e vacinação em massa da população brasileira (39). A vacina como a única prevenção eficaz ganharia destaque e se tornaria um tema importante nos dois meses seguintes.

Em meados de julho, a gripe asiática foi alçada ao topo da primeira página dos jornais com um alerta da sua expansão no hemisfério norte: “na Europa e nos Estados Unidos a gripe asiática” (50). Nesse momento, o governo federal solicitou um crédito orçamentário extraordinário para melhorar a vigilância e controle em portos e aeroportos, inclusive com inspeção médica dos viajantes. Apesar do apoio do presidente da República, a solicitação de recursos foi negada pelo Tribunal de Contas da União, que alegou que a doença tinha caráter benigno e não configurava ameaça de “calamidade pública”, tal como definido pela Constituição de 1946 para liberação de recursos extraorçamentários (51). Depois de duras críticas da imprensa e pressão política, a decisão foi revertida com o argumento de que a concessão evitaria uma “calamidade” indesejada (52). Na sequência da aprovação do crédito, o governo federal criou uma Comissão de Estudos sobre a gripe, formada por dirigentes do MS e por cientistas, que deveria se articular com o *Influenza Surveillance Network* da OMS e outros centros de pesquisa para monitorar a doença e recomendar ações e procedimentos (53).

O noticiário sobre a gripe vai alcançando um novo patamar no final de julho e início de agosto quando surgiram informações sobre casos suspeitos em diferentes cidades brasileiras, todos não confirmados, e nos países limítrofes. Uma questão preocupante era, por exemplo, o difícil controle sanitário da fronteira seca com Argentina e Uruguai. Com isso, deputados, senadores e jornalistas subiram o tom crítico ao governo federal e ao ministro da saúde, acusando-os

pela inação ou pela insuficiência das medidas adotadas. A gripe asiática se aproximava do país como um evento biomédico e político.

“A gripe asiática nos bate à porta”: a pandemia vista de perto

No final de julho de 1957, a multiplicação de notícias de casos suspeitos em diferentes cidades e estados gerou as críticas mais duras ao governo federal e à prefeitura da capital federal (54,55). Oscilando entre argumentos sobre a benignidade da gripe, a demanda por vacinas e o despreparo das autoridades sanitárias, políticos de diferentes partidos deram entrevistas aos jornais e seus discursos foram por eles veiculados. Vereadores da Câmara Distrital (Rio de Janeiro) solicitavam créditos orçamentários para compra de vacinas e alertavam “[...] que a cidade do Rio de Janeiro está ameaçada pela chegada da gripe asiática, que poderia possuir um caráter catastrófico, sendo pior que a paralisia infantil” (56). Surtos recentes de poliomielite e o sucesso da vacina Salk ecoavam nos debates políticos na capital federal.

“Grito de alarme no senado contra a gripe asiática” foi a mais contundente matéria publicada até então (54). Versava sobre as declarações do senador pelo estado do Rio Grande do Norte, Kerginaldo Cavalcanti, pertencente ao mesmo partido político do ministro da saúde, o Partido Social Progressista, fato explorado pelos jornais nos dias seguintes. Para ele, a gripe asiática “já nos bate à porta” (54, p. 10) e o país não estaria aparelhado para enfrentá-la sem hospitais de isolamento e sem capacidade de produção de vacinas para toda a população. Esse despreparo, advertia, poderia levar a uma tragédia com graves consequências sanitárias e econômicas quando atingisse os centros urbanos. Apesar de ser considerada menos letal que a “espanhola”, Cavalcanti lembrava que a “asiática” no Brasil incidiria sobre “uma população em geral desnutrida, sem resistência orgânica, e seus efeitos poderão ser portanto dolorosos” (54, p. 10). Nesse sentido, a gravidade da nova epidemia seria dada menos pela sua “virulência” e mais pelas condições de vida das populações atingidas. Segundo ele, o governo deveria imaginar uma “[...] capital com sua vida paralisada por um surto que abranja um quarto ou mesmo a metade da população, com rapidez que caracteriza o vírus desconhecido [...]” (54, p. 18). O senador lembrava que fazia parte de uma geração que, como o ministro da saúde e o Presidente, vivenciara a pandemia de 1918 e, se nada fosse feito, o quadro poderia ser igualmente dantesco em 1957. Dada a repercussão política de suas declarações, Cavalcanti teve que se explicar dizendo que os jornais teriam politizado suas palavras e que o próprio MS teria concordado com o perigo da nova gripe (57,58).

Como resposta às manifestações de políticos, médicos e jornalistas, o ministro Maurício de Medeiros concedeu sua primeira entrevista coletiva sobre as ações do governo. Considerava que seria impossível impedir que a epidemia chegasse ao Brasil, e que isso ocorreria em setembro, momento em que se alastraria nos Estados Unidos por conta do retorno às aulas (59). Mais uma vez insistia na benignidade da doença vis-à-vis a Influenza de 1918 e recomendava

que doentes que apresentassem sintomas por mais de cinco dias procurassem um médico. Indicava dificuldades no controle de portos e aeroportos, em especial a carência de médicos e a legislação internacional que ainda não permitia quarentena para suspeitos de estarem com a gripe asiática. Informava que, mesmo com o esforço do IOC para a produção de 20 mil vacinas por mês, e a produção de outras instituições, o imunizante não daria conta dos três milhões de habitantes da capital federal. Os créditos orçamentários extraordinários certamente ajudariam a melhorar os serviços de vigilância, mas não seriam suficientes. Conformado com o que considerava inevitável, o ministro teria perguntado aos jornalistas: “é possível conter a gripe?” (60). Segundo a matéria do *Correio da Manhã*, Medeiros sorriu quando confrontado com a coincidência de que, assim como a “espanhola”, a “asiática” chegaria no mês de setembro. E, em tom irônico, o texto do jornalista ressaltou que, finda a entrevista, o ministro da saúde seguia aguardando a chegada da gripe (60). A entrevista teve repercussão negativa e o conformismo e a inação do governo que transpareciam em sua publicação atingiram, pela primeira vez, o Presidente Juscelino Kubitschek, que foi chamado em um editorial de “presidente gripe” (61).

Nos primeiros dias de agosto de 1957, os jornais destacaram o alastramento da epidemia no Chile: “Epidemia de gripe no Chile – Fechadas várias escolas, milhares de empregados não compareceram ao trabalho” (62) e as primeiras vítimas (63). Apesar de não fazer fronteira com o Brasil, a presença da gripe no Chile indicava a inexorabilidade de sua chegada e a urgência de ações de prevenção e resposta.

Em uma série de reportagens especiais em sua coluna na *Última Hora*, o prestigiado jornalista Edmar Morel fez duros ataques à inépcia do governo. Sob o título “O crime do Ministério da Saúde”, a coluna denunciou o desaparecimento do Instituto Oswaldo Cruz, vinculado diretamente ao MS, para fazer a vacina contra a “Singapura”, afirmando que “em Manguinhos falta tudo” (64). Além de recursos humanos e financeiros, estavam em falta baquela os próprios ovos embrionários utilizados na fabricação da vacina pelo IOC, o que agravava a capacidade de produção já limitada em 20 mil doses mensais, “uma gota de água diante do problema que se apresenta” (64). Dada essa fragilidade, Maurício de Medeiros teria negociado com os institutos de pesquisa paulistas a produção da vacina (64,65). Na reportagem, Morel retomou um argumento crescente na imprensa e nos círculos médicos: a alegada benignidade da nova gripe não poderia imobilizar o governo nem confortar a população. Dada a falta de acesso a medicamentos, como antibióticos, e a desnutrição, os trabalhadores seriam os mais duramente atingidos pela doença mesmo sendo ela considerada mais branda do que a “espanhola”. O jornalista criticava o ministro que assistira *in loco* à gripe espanhola na Europa mas que ainda assim não enviara médicos e cientistas para conhecer melhor a asiática antes de sua chegada ao Brasil, preferindo “[...] esperar pela ‘Singapura’ sem saber das suas consequências”. A conclusão foi enfática: “isso é profundamente lamentável. A Nação que espere pelo pior!” (64).

Com o aterrorizante título “verba só sairá quando começarem os enterros”, o jornal *Última Hora* criticava o excesso de burocracia para liberar recursos para combater a epidemia (66). Publicava também declarações do ministro da saúde de que desconhecia “medida capaz de impedir a invasão de uma doença infectocontagiosa com a expansibilidade da gripe asiática” (66) e que países com mais recursos, tais como os Estados Unidos, não conseguiram impedir a epidemia. Segundo o repórter Pery Augusto, tais declarações concorriam ainda mais para o pânico e a inquietação. A matéria advertia que, somando-se as condições de vida da população, as repercussões sanitárias e econômicas da epidemia e o despreparo do governo, a doença poderia paralisar o Brasil (66). Nesse mesmo dia, o jornal publicou a informação de que Medeiros estava doente e seria a primeira vítima, ainda em agosto, da “Singapura”. Segundo o jornal, haveria a gripe “tipo benigna” e a gripe “irônica” (67). “De tanto cuidar da ‘Singapura’ o ministro da saúde acabou gripado” era a manchete da primeira página da *Última Hora* (68). Soube-se, depois, que o ministro fora acometido de uma gripe comum.

Até então, o presidente Kubitschek não havia sido atingido pelas críticas da imprensa, em sua maioria dirigidas ao ministro da saúde. Apesar de médico, o tema da saúde pública não estava em suas prioridades políticas no ano de 1957, mais voltadas para seu programa econômico e para a construção de Brasília. Todavia, depois de dois meses de silêncio, Juscelino Kubitschek foi instado a convocar uma reunião conjunta com todo o seu ministério, além de governadores de Estado, o prefeito da capital e autoridades militares. Essa convocação foi anunciada em discurso oficial por rádio, o único do presidente sobre a gripe asiática, para indicar que o governo acompanhava com preocupação a marcha da epidemia na América do Sul apesar de não ter “letalidade apreciável” (69). A reunião ocorreu em 12 de agosto no Palácio do Catete, sede da Presidência da República.

Nessa reunião, o Ministro da Saúde fez um relato das ações e proposições da Comissão de Estudos e Planejamento de Combate a Gripe (CEPCG) e outras atividades preparatórias de sua pasta para a chegada da pandemia. Uma nota oficial do governo foi emitida após a reunião, definindo ações prioritárias e fazendo recomendações. As principais e mais concretas ações foram a concessão de verbas extraordinárias; campanhas de educação sanitária; a concessão de plenos poderes para a resposta à emergência para a CEPCG; a coordenação dos serviços nas diferentes esferas de governo e o levantamento dos estoques e controle dos preços de remédios e antibióticos mais utilizados. As demais ações eram, na verdade, um conjunto de intenções e recomendações gerais, como estimular a produção de vacinas por diferentes instituições e apelar para o auxílio das universidades públicas e entidades médicas na divulgação de medidas preventivas e na assistência à população (70-72). A imprensa se dividiu na avaliação do resultado dessa reunião presidencial. Alguns jornais ressaltaram o sentido mais positivo e amplo de um planejamento para combater a pandemia, denominando-o de “Operação asiática” (70). Outros, como *O Correio da Manhã*, mantiveram o tom crítico à falta de liderança do ministro Maurício de Medeiros, indicando que “a gripe será combatida

por teletipo”, dado que parte das ações, recomendações e apelos seriam transmitidos por rádio e telegramas a partir de seu gabinete (71). A *Última Hora* comentou jocosamente que o ministro “está meditando sobre a gripe” (73). No final de agosto, o médico e político Erlindo Salzano pediu demissão do Departamento Nacional de Saúde, o mais alto escalão do MS. Em meio a acusações de compra de medicamentos para a gripe a preços sobrevalorizados, sua saída abriu uma crise política no governo às vésperas de uma crise sanitária com a chegada da “asiática” na capital federal (74).

Os jornais divulgaram, alguns em primeira página, conselhos sobre “Como proteger-se contra a gripe asiática” (75) a partir de pronunciamento do presidente da CEPCCG, Paulo de Góes, professor de microbiologia da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro. O Serviço Nacional de Educação Sanitária do Ministério da Saúde também publicou seus conselhos (76) e a Rádio do Ministério da Educação e Cultura (Rádio MEC) criou um programa diário, de 30 minutos, denominado “O jornal da gripe”, para divulgação de informações médicas e científicas para o grande público (77). Essas recomendações e informações, consideradas oficiais, resumiriam a visão corrente sobre profilaxia e tratamento da doença. Esses “conselhos ao povo” não se diferenciavam daqueles em relação à gripe sazonal: lavar as mãos; utilizar lenço para tossir e espirrar; não levar as mãos à boca e ao nariz; não compartilhar objetos pessoais; ferver ou esterilizar objetos utilizados por doentes; a gripe seria benigna e as complicações tratáveis e se demorar muito ou complicar procurar um médico; se adoecer ficar em repouso; alimentar-se bem (75,76). Mais uma vez, as recomendações não levavam em conta o que muitos jornalistas e alguns médicos consideravam o principal impacto da provável epidemia: as desigualdades sociais e os precários serviços de saúde para os mais vulneráveis.

Esses conselhos traziam um alerta de que a “gripe asiática” é causada por uma raça especial de vírus, que só agora veio a ser conhecida” e, por isso, seria “impossível dispor de uma vacina em larga escala para toda a população” (75) isto é, não haveria a vacinação em massa, prometida desde julho (78). A prioridade da vacinação seria, portanto, para profissionais de saúde e trabalhadores de setores essenciais. Essa advertência sobre a escassez de vacinas, falta de uniformidade nos métodos de produção e a impossibilidade de aumento rápido de sua produção aparecia em todas as manifestações de autoridades públicas nos jornais. Estes noticiavam que o primeiro a ser vacinado seria o presidente e médico Juscelino Kubitschek (79). Nesse cenário de escassez de vacinas, surgem notícias sobre como “Indivíduos inescrupulosos vendem ‘vacinas’ contra a asiática”, delito que teria ocorrido na cidade de Porto Alegre (80)

Em resposta às críticas ao governo, a revista *Manchete*, em defesa de Kubitschek, publicou em fins de agosto extensa reportagem do jornalista Newton Carlos com várias fotografias sobre a gripe espanhola, em particular sobre sua prevenção e cuidados em caso de adoecimento, sobre as ações do governo e o papel do Instituto Oswaldo Cruz na produção da

vacina e na “Operação antiasiática” lançada pelo governo federal. Muito elogiosa ao IOC e ao Ministério da Saúde, a reportagem reforçava a ideia de que o Brasil estaria diante de uma doença de “relativa benignidade, e não da ameaça de uma pandemia tipo 1918” (34).

Os últimos dias de agosto foram de espera. Circulavam variadas notícias sobre casos suspeitos da gripe em países da América do Sul e cidades brasileiras, especialmente na fronteira sul do país, e sobre os preparativos do governo federal e também dos estados para sua inevitável chegada e alastramento pelo país: “Articulam-se os estados para enfrentar a gripe ‘asiática’” (81). Nas manchetes mais sensacionalistas: “Asiática já invadiu o Brasil: 1200 casos em 24 horas na fronteira sul” (82) ou “A Gripe asiática já está no Rio” (83). Se havia a certeza da chegada da epidemia ao Brasil, várias incertezas eram veiculadas pela imprensa: por conta do inverno no hemisfério sul, os inúmeros casos noticiados na Argentina e no Uruguai seriam de gripe comum ou asiática (“Ainda não isolado o vírus da ‘asiática’ argentina”)? A “gripe chilena” seria mais perigosa (81)? Os casos suspeitos em várias cidades brasileiras eram efetivamente causados pelo vírus A-Singapura-57? Notícias sobre “outras” formas de transmissão da doença ganhavam destaque, aumentando as incertezas e os receios. A reportagem “Virá pelo ar a gripe ‘asiática’” reivindicava que o vírus poderia ser transmitido pela poeira atmosférica (84). O ministro Maurício de Medeiros continuava a ter que responder sobre a sua etiologia, benignidade e alta contagiosidade em perguntas que demandavam a comparação entre a epidemia de setembro de 1918 e a prevista para eclodir em setembro de 1957. E os jornais criavam um cenário de suspense com a aproximação da epidemia, ressaltando o clima de apreensão da população da capital federal no primeiro dia do mês de setembro: “Dez dias de medo (da gripe) sofreu o carioca” (85).

O vaticínio do Ministro da Saúde se realizou: a “asiática” ingressou no Brasil. Apesar de várias notícias de casos no Rio Grande do Sul, foi em 27 de agosto que foi confirmado o isolamento do vírus em São Paulo, em um menino de 12 anos, filho de um médico e que apresentava sintomas leves (86,87). Em 4 de setembro, noticiou-se a confirmação pelo Ministério da Saúde, dos primeiros casos na cidade do Rio de Janeiro, com um surto entre alunos e professores do Instituto Benjamim Constant, uma escola pública para cegos, e entre famílias de Copacabana, um bairro de classe média. A chegada da gripe epidêmica ocorreu justamente na semana comemoração da independência do Brasil, levantando dúvidas sobre se o tradicional desfile cívico-militar em 7 de setembro seria realizado. Os jornais diários que acompanhavam o percurso da pandemia estampavam em suas manchetes e títulos de notícias: “Chegou a Gripe!”; “Gripe asiática no Rio”; “Constatada no Rio a gripe A-Singapura” (88-90).

Conclusões: “A saúde pública fracassou” ou uma “Asiática com boas intenções”

O desfile do “Dia da Pátria” foi cancelado na cidade de São Paulo mas mantido no Rio de Janeiro, a despeito das recomendações das autoridades sanitárias. A revista *Manchete* publicou fotos do desfile cívico-militar sob o título “Mais forte o dever do que a asiática”. Comentava sobre as “[...] centenas de milhares de cariocas que arriscaram uma gripe ‘asiática’ para assistir à parada” (91). Para a revista, o patriotismo teria vencido o medo da gripe. Nas semanas seguintes, até o mês de novembro de 1957, os jornais acompanharam com atenção o desenrolar da epidemia na capital federal, que alterava sua vida cotidiana com o fechamento intermitente de escolas, do comércio e da indústria, o cancelamento de jogos de futebol, sessões de cinema e de teatro e concertos de música. Noticiavam constantemente o adoecimento de médicos e enfermeiras. No mês mais crítico da epidemia, setembro de 1957, dados fornecidos pela prefeitura da capital federal indicavam 40 mil casos (que estavam subnotificados e localizados em áreas mais pobres da cidade), 19 óbitos e centenas de internações (92). Ao final do mês, eram quase 50 óbitos causados por complicações como infecções, pneumonia e bronquite (93) que, em geral, no mundo inteiro, foram as causas da mortalidade pela “asiática”.

Em novembro, o ciclo epidêmico estava em declínio e as notícias foram sendo reduzidas em número e em tamanho nas páginas dos jornais da cidade do Rio de Janeiro. A doença retornaria em pequenas ondas nos dois anos seguintes, sem chamar a atenção da imprensa e de políticos como ocorrera em 1957. E as vacinas não chegaram a tempo, ou, quando ficaram disponíveis, como no caso dos Estados Unidos, a epidemia já havia arrefecido (5). Sobrevivente da gripe espanhola, Maurício de Medeiros também sobreviveu politicamente, apesar das críticas da imprensa e de seus correligionários, por conta da própria emergência sanitária no segundo semestre de 1957. Não era conveniente politicamente para Juscelino Kubitschek exonerar o ministro da saúde, um aliado político, às vésperas da chegada de uma pandemia anunciada. Medeiros deixou o cargo em julho de 1958, quando a gripe asiática desaparecera da agenda sanitária e da imprensa brasileira. Foi substituído pelo médico e político paulista Mario Pinotti que, como malariologista, era o porta-voz das prioridades sanitárias do governo Kubitschek: o combate às endemias rurais, em particular a malária compreendida como um obstáculo ao desenvolvimento (20,21,94-97).

A gripe espanhola de 1918 foi, e continua sendo até hoje, a principal referência de experiência pandêmica dos meios de comunicação, dos médicos e políticos e dos historiadores. É uma espécie de fantasma onipresente nas narrativas que estabelecem uma comparação permanente, implícita ou explícita, entre a epidemia que foi e aquela que ainda chegaria. Em 1957, a “espanhola” não estava nos livros de história mas na memória dos que lhe haviam sobrevivido e na experiência concreta de uma geração de médicos e políticos que, como Medeiros e Kubitschek, vivenciara a pandemia na Europa e no Brasil no segundo semestre de 1918. Todavia, a nova pandemia ocorreu em contexto científico — “a era da virologia” (16),

e de política nacional e internacional – democracia, guerra fria e organismos internacionais, bastante diferente daquele encontrado pela influenza em 1918. As percepções e respostas no Brasil combinariam a memória do passado em um mundo transformado no pós-Segunda Guerra Mundial.

Ainda que passível de muitas controvérsias, inúmeros historiadores têm ressaltado como o passado pandêmico organiza a nossa visão sobre o presente, em particular com a eclosão da COVID-19 (98,99). Para além de um maior conhecimento histórico sobre um evento global pouco conhecido, este artigo sobre uma epidemia anunciada desvela o papel fundamental dos meios de comunicação (no caso, os jornais diários) na conformação das narrativas, expectativas, compreensões, conflitos e demandas científicas e políticas em torno de uma crise sanitária global. A imprensa construiu a epidemia como evento concreto, alarmando ou tranquilizando, antes mesmo que casos de gripe fossem confirmados pelo laboratório. A imprensa informou, e por vezes desinformou, apoiou, denunciou, demandou, vocalizou interesses diversos e divergentes e se constituiu como ator social e político relevante da dramaturgia epidêmica, modalizando tempo, distância e intensidade. Estabeleceu uma crônica diária e engajada da pandemia de 1957, de seu percurso, lento ou acelerado, entre a Ásia e o Brasil, de sua inevitabilidade, ou não, de sua benignidade, ou não, e das possibilidades de impedi-la, ou não. Entre o “não nos atingirá” (negação) e a “gripe chegou” (inevitabilidade), os periódicos acompanharam e avaliaram, diariamente e criticamente, os preparativos das autoridades públicas, modificando as expectativas públicas sobre a marcha e os efeitos da epidemia. Expressando posições políticas distintas, os jornais foram peças-chave do enquadramento da epidemia, em sua temporalidade, politização e em sua compreensão.

Em setembro de 1957, o primeiro e o pior mês da epidemia no Brasil, ficou claro que haviam se consolidado, ao longo de três meses, duas perspectivas não necessariamente divergentes. A primeira era a de que “A gripe asiática chegou. A saúde pública fracassou”, como afirmou editorial da *Tribuna da Imprensa* do dia 4 de setembro. Tal perspectiva foi construída ao longo do mês de agosto e, para esse jornal, se concretizara no mês seguinte: “Esse é o Brasil de nossos dias. Esse é o governo que aí está. Que nos deixa à mercê de uma epidemia que poderia ser evitada” (100). Em contrapartida, outros jornais celebravam que essa gripe “não era a espanhola”: “Não há motivo para a população ficar apreensiva: a gripe é benigna!” (101). No final de setembro, uma longa matéria na revista semanal *O Cruzeiro*, com entrevistas e fotografias dos cientistas do laboratório de virologia do Instituto Oswaldo Cruz, tinha como título “‘asiática’ com boas intenções” e afirmava que medidas higiênicas e de tratamento dos poucos casos graves seriam suficientes (102). Por um lado, o governo federal era acusado de nada ter efeito para evitar a chegada da epidemia, apesar de todos os alertas. Por outro, a epidemia não tinha, segundo médicos e cientistas, a gravidade daquela de 1918, conforme também antecipado por alguns jornais, cientistas e governo. *A posteriori*, foi essa última perspectiva que prevaleceu. O desaparecimento da “asiática” a esmaeceu

na memória coletiva. Nas pandemias de influenza e de outros vírus respiratórios ao longo do século xx e primeiras duas décadas do XXI, a referência à gripe asiática seria enquanto um brevíssimo capítulo em uma longa história que se iniciara em 1918 e que percorreria o “século pandêmico” até a COVID-19 (103).

A gripe asiática que ocupara a agenda sanitária brasileira durante meses em 1957 foi se retirando do noticiário, das manifestações de políticos, médicos e autoridades públicas e pouco se sabe sobre os surtos em anos seguintes e suas sequelas nos corpos dos brasileiros. Assim como a “asiática” chegou ao Brasil pelas páginas dos jornais antes mesmo do vírus circular no país, por estas mesmas páginas a pandemia submergiu como evento político e social, ainda que a sua materialidade biológica permanecesse por alguns anos.

Não há “aprendizados” na experiência aqui examinada. Ao contrário, no contexto de emergência de uma nova crise sanitária, é o presente — a pandemia de COVID-19, que motiva o retorno analítico aos eventos pandêmicos pregressos e transforma o modo pelo qual refletimos sobre as epidemias do ponto de vista histórico. A centralidade das mídias sociais e da imprensa no curso e nos significados da pandemia atual reorganizou os olhares sobre outras crises sanitárias. Desse modo, é o tempo presente que dá “lições” ao passado e aos historiadores.

Agradecimentos

Agradeço as críticas e recomendações dos pareceristas, a leitura e comentários de Simone Kropf e a generosidade de Daiane Rossi na cessão de fontes sobre vacinas do IOC. Sou grato ao apoio de Laura Menacho Ferreira, bolsista de Iniciação Científica CNPq/Fiocruz nesta pesquisa, desenvolvida no âmbito de minha bolsa PQ/CNPq.

Declaração de responsabilidade

O autor assume a responsabilidade pelo que foi publicado e a *Revista de Ciencias de la Salud* não assume nenhuma responsabilidade por isso.

Conflito de interesses

Nenhum declarado.

Referências

1. Lobo MB. Gripe asiática. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil; 1958.
2. Brandão H. A Capacidade protetora da vacina contra a gripe “Asiática”. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1958.
3. Kilbourne E. Influenza pandemics of the 20th century. *Emerg Infect Dis.* 2006;12:9–14.
4. Tognotti E. Influenza pandemics: A historical retrospect. *J Infect Dev Ctries.* 2009; 3(5):331-334.
5. Dehner G. Influenza: A century of science and public health response. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press; 2012.
6. Honingsbaun M. Revisiting the 1957 and 1968 influenza pandemics. *Lancet.* 2020;395:1824-6. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31201-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31201-0)
7. Britto, N. La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. *Hist Cienc Saude Manguinhos.* 1997;4(1):11-30. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701997000100002>
8. Abrão JS. A Banalização da morte na cidade calada: A espanhola em Porto Alegre, 1918. Porto Alegre: Edipucrs; 1998.
9. Bertolli Filho C. Epidemia e sociedade. A gripe espanhola em São Paulo, 1918. São Paulo: Paz e Terra; 2003.
10. Bertucci LM. Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Editora Unicamp; 2004.
11. Goulart AC. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *Hist. Ciênc. Saude Manguinhos.* 2005;12(1):101-42. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000100006>
12. Silveira, AJT. A influenza espanhola numa capital planejada - Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte: Argvmentvm; 2007.
13. Souza, CMC. A Gripe Espanhola na Bahia - saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009.
14. Schwarcz L, Starling H. A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; 2020.
15. Viboud C, Simonsen L, Fuentes R, Flores J, Miller MA, Chowell G. Global mortality impact of the 1957-1959 influenza pandemic. *J. Infect Dis.* 2016;213(5):738-45. <https://doi.org/10.1093/infdis/jiv534>
16. Kilbourne ED. Influenza. New York: Springer; 1987.
17. Costa LMC, Merchan-Hamann E. Pandemias de influenza e a estrutura sanitária brasileira: breve histórico e caracterização dos cenários. *Rev Pan-Amaz Saude.* 2016;7(1):11-25. <https://doi.org/10.5123/S2176-6223201600010000>
18. Alvarez A. Los años que vivimos en pandemias: la poliomielitis, la gripe asiática y la gripe de Hong Kong. Semejanzas y diferencias con el coronavirus (Argentina, 1957-2020). *Prácticas de oficio - Investigación y reflexión en Ciencias Sociales.* 2020;1(25):1-16. <http://revistas.ungs.edu.ar/index.php/po/article/view/23>

19. Lacorte JG. A gripe: situação atual dos conhecimentos sobre sua etiologia e imunização. Em: Conferência Sociedade Brasileira de Higiene; Rio de Janeiro; 1957.
20. Kubitschek J. Programa de saúde pública do candidato. São Paulo: L. Nicollini; 1955.
21. Hochman G. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *Hist. Cienc Saude-Manguinhos*. 2009;16(suppl 1):313-31. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000500015>
22. Moreira VML. Brasília: a construção da nacionalidade - um meio para muitos fins, 1956-1961. Vitória: Edufes; 1998.
23. Rosenberg CE. “Framing disease: Illness, society and history”. Em: Rosenberg CE, Golden J, editores. *Framing disease: studies in cultural history*. New Brunswick: Rutgers University Press; 1992. p. XIII-XXVI.
24. Barbosa M. História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad; 2007.
25. Abreu AA. Revisitando os anos 1950 através da imprensa. Em: Botelho A, Bastos ER, Villas-Bôas G, organizadores. *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Toopbooks; 2008. p. 211-35.
26. Kobayashi E, Hochman G. De patológicos a higiênicos: os lares modernos e a imprensa no Brasil pós-segunda guerra mundial. *Interface*. 2016;20(59):967-79. <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0435>
27. “Não nos atingirá a gripe asiática”. *Correio da Manhã*; 6 de junho de 1957, p. 3.
28. “500 marinheiros americanos atacados pela Gripe Asiática”. *Correio da Manhã*; 22 de junho de 1957, p.1.
29. “Solidamente instalada nos Estados Unidos. A Gripe Asiática”. *Correio da Manhã*; 29 de junho de 1957, p.1, 12.
30. *Tribuna da Imprensa*; 18 de junho de 1957, p. 2.
31. “A Gripe (Asiática) pode bater à porta”. *Correio da Manhã*; 19 de junho de 1957, 2o. Caderno, p. 1.
32. “O Ministério e a ‘Gripe Asiática’”. *Correio da Manhã*; 22 de junho de 1957, p.1; 12.
33. “Uma palavra de tranquilidade”. *Correio da Manhã*; 16 de junho de 1957, 2o. Caderno, p.3.
34. “Um pacote chega a Manguinhos. É o vírus ‘A-Singapura’, isolado da asiática”. *Manchete*; 24 de agosto de 1957, edição 279, p. 17.
35. “Sobre a Gripe Asiática - comunica-nos o Ministério da Saúde”. *Correio da Manhã*; 27 de junho de 1957, p.4.
36. “Consideram os Americanos como certa a chegada da Gripe Asiática”. *Correio da Manhã*; 28 de junho de 1957, p.3.
37. *Tribuna da Imprensa*; 28 de junho de 1957, p.1.
38. Brum CE. A (des)mobilização de médicos na grande guerra: o caso da missão médica brasileira na França (1918-1919) [Tese de doutorado na internet]. Porto Alegre: PUC- RS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8038>
39. “Preparativos para receber a ‘asiática’”. *Correio da Manhã*; 5 de julho de 1957, p.2.

40. “Defesa contra a Gripe Asiática!”. Correio da Manhã; 9 de julho de 1957, p.3.
41. “Providências sobre a prevenção da gripe”. Correio da Manhã; 13 de julho de 1957, p. 2.
42. “A Gripe Asiática chegará ao Brasil após o inverno”. Correio da Manhã; 17 de julho de 1957, p.9.
43. “O Comunicado Oficial do Ministério da Saúde”. Correio da Manhã; 11 de julho de 1957, p.11.
44. Tribuna da Imprensa; 11 de julho de 1957, p.5.
45. Rocha O. “Previne-se o Brasil contra a Gripe Asiática”. O Cruzeiro; 13 de julho de 1957, pp.87-88.
46. “Preparativos para receber a ‘asiática’”. Correio da Manhã; 5 de julho de 1957, p.2.
47. Tribuna da Imprensa; 11 de julho de 1957, Caderno 2, p. 2.
48. “Pequena mancha escura faz todo o mundo espirrar - O Instituto Oswaldo Cruz começou a produzir doze mil doses de vacinas contra a gripe”. Correio da Manhã; 11 de julho de 1957, p.3, p.11.
49. “20 mil vacinas por mês contra a Gripe Asiática”. Correio da Manhã; 26 de junho de 1957, p.6.
50. “Na Europa e nos Estados Unidos a gripe asiática”. Correio da Manhã; 15 de julho de 1957, p.1.
51. “Recusado pelo Tribunal de Contas o crédito extraordinário - Alega que não há perigo de epidemia”. Correio da Manhã; 14 de julho de 1957, p.2.
52. “Provavelmente será concedido o crédito”. Correio da Manhã; 16 de julho de 1957, p.10.
53. “Concedida a verba de 3 milhões”. Correio da Manhã; 17 de julho de 1957, p.10, p.14; 2o. Caderno, p.7.
54. “Grito de alarme no senado contra a gripe asiática”. Correio da Manhã; 18 de julho de 1957, p. 10, p.18.
55. “No Brasil a epidemia de gripe asiática em setembro”. Correio da Manhã; 24 de julho de 1957, p.4.
56. “Crédito de cinco milhões para combater a ‘Gripe Asiática’”. Correio da Manhã, 19 de julho de 1957, p.3.
57. Última Hora; 20 de julho de 1957, p.2.
58. Correio da Manhã; 25 de julho de 1957, p.10.
59. “Ministro da Saúde: ‘Asiática vem aí!’”. Última Hora, 24 de julho de 1957, p.6.
60. “No Brasil a epidemia de gripe asiática em setembro”. Correio da Manhã; 24 de julho de 1957, p.8.
61. “O Presidente Gripe”. Correio da Manhã; 24 de julho de 1957, p.6.
62. “Epidemia de gripe no Chile – Fechadas várias escolas, milhares de empregados não compareceram ao trabalho”. Correio da Manhã, 31 de julho de 1957, p.1.

63. “Primeiras vítimas da gripe no Chile”/ Alastra-se rapidamente a epidemia, declara o Ministro da Saúde”. Correio da Manhã; 1 de agosto de 1957, p.3, p.11.
64. Morel E. “O crime do Ministério da Saúde”. Última Hora; 1 de agosto de 1957, p. 5.
65. “20 mil vacinas por mês contra a Gripe Asiática”. Correio da Manhã; 26 de julho de 1957, p.6.
66. “Gripe: Verba só sairá quando começarem os enterros”. Última Hora; 9 de agosto de 1957, p.9.
67. “Saúde com “asiática”. Correio da Manhã; 9 de agosto de 1957, p.2.
68. “De tanto cuidar da ‘Singapura’ o ministro da saúde acabou gripado”. Última Hora; 7 de agosto de 1957, p.1.
69. Kubitschek J. Discursos proferidos no primeiro ano de mandato presidencial, 1957. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional-Serviço de Documentação da Presidência da República; 1958. p. 174-5.
70. “Tudo pronto para a Operação Asiática. Tribuna da Imprensa; 13 de agosto de 1957, p. 2.
71. “A-Singapura atrás da porta - A Gripe será combatida por teletipo”. Correio da Manhã; 13 de agosto de 1957, p.1, p.9.
72. Última Hora; 13 de agosto de 1957, p.9.
73. Última Hora, 13 de agosto de 1957, p.2.
74. “Crise no Ministério da Saúde”. Correio da Manhã; 22 de agosto de 1957, p.18.
75. “Como proteger-se contra a gripe asiática”. Correio da Manhã; 17 de agosto de 1957, p.1.
76. “Meios de evitar a ‘Gripe Asiática’”. Correio da Manhã; 18 de agosto de 1957, p.2.
77. Última Hora; 22 de julho de 1957, p.7.
78. “Asiática: Vacinação em Massa até 15 de agosto”. Última Hora; 19 de julho de 1957, p.3.
79. “JK: N.1 da Fila para ser Vacinado contra a Asiática”. Última Hora; 17 de agosto de 1957, p.2.
80. “Indivíduos inescrupulosos vendem ‘vacinas’ contra a ‘asiática’”. Correio da Manhã; 22 de agosto de 1957, p.5.
81. “Articulam-se os estados para enfrentar a gripe ‘asiática’”. Última Hora; 20 de agosto de 1957, p.7.
82. “Asiática já invadiu o Brasil: 1200 casos em 24 horas na fronteira sul”. Última Hora; 15 de agosto de 1957, p.1.
83. “E agora, Maurício?” / “A gripe asiática já está no Rio” / “Afirma categoricamente ex-auxiliar dos cientistas Oswaldo Cruz e Carlos Chagas”. Correio da Manhã; 28 de agosto de 1957, p.3-4.
84. “Virá pelo ar a gripe ‘asiática’”. Correio da Manhã; 25 de agosto de 1957, p.20.
85. “Suspense asiático: Dez dias de medo (da gripe) já sofreu o carioca”/“O que virá por aí?”. Correio da Manhã; 1 de setembro de 1957, p.13.
86. “Vírus da ‘Asiática’ isolado em São Paulo”. Tribuna da Imprensa, 27 de agosto de 1957, p. 8.

87. “O primeiro caso de ‘asiática’ em São Paulo”. *Tribuna da Imprensa*, 28 de agosto de 1957, p.5.
88. “Chegou a Gripe!”. *Última Hora*; 4 de setembro de 1957, p. 2.
89. “Gripe asiática no Rio”. *Tribuna da Imprensa*; 4 de setembro de 1957, p.6.
90. “Constatada no Rio a gripe A-Singapura”. *Correio da Manhã*; 4 de setembro de 1957, p.1.
91. “Mais forte o dever do que a Asiática”. *Manchete*; 14 de setembro de 1957, edição 282, pp.16-21.
92. “‘Asiática’: 400 mil casos com 19 mortos”. *Última Hora*; 24 de setembro de 1957, p.2.
93. “Quarenta mil casos registrados. Até agora 45 mortos”. *Correio da Manhã*; 27 de setembro de 1957, p.1, p.16.
94. “Ameaça e Inércia”. *Tribuna da Imprensa*; 4 de setembro de 1957, p.1
95. Hochman G. Health, malaria campaigns, and development in Brazil. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*; 2019. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199366439.013.42>
96. Muniz ES. “Basta aplicar uma injeção?”: concepções de saúde, higiene e nutrição no Programa de Erradicação da Boubá no Brasil, 1956-1961. *Hist Cienc Saude-Manguinhos*. 2012;19(1):197-216. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000100011>
97. Packard, RM, Brown, PJ. Rethinking health, development, and malaria: Historicizing a cultural model in international health, *Med Anthropol*. 1997;17(3):181-94. <https://doi.org/10.1080/01459740.1997.9966136>
98. Armus D. Narrar la pandemia de Covid-19: historia, incertidumbres, vaticinios. Em: Sá DM, Sanglard G, Hochman G, Kodama K, organizadores. *Diário da pandemia – O olhar dos historiadores*. São Paulo: Hucitec; 2020. p. 91-110.
99. Sá D, Sanglard G, Hochman G, Kodama K. Os historiadores e a pandemia. Em: Sá DM, Sanglard G, Hochman G, Kodama K, organizadores. *Diário da Pandemia – o olhar dos historiadores*. São Paulo: Hucitec; 2020. p. 9-18.
100. "Ameaça e Inércia". *Tribuna da Imprensa*; 4 de setembro de 1957, p.1.
101. “A Gripe é Benigna!”. *Última Hora*; 6 de setembro de 1957, p.2.
102. Lyra J. “Asiática com boas intenções”. *O Cruzeiro*; 21 de setembro de 1957, pp.127-130.
103. Honigsbaum M. *The pandemic century—A history of global contagion from the Spanish flu to Covid-19*. Cambridge: Penguin; 2020.